

MACHADO DE ASSIS: DENÚNCIAS SÓCIO-POLÍTICAS SOBRE A LEI DE 13 DE MAIO

Área: Linguística, Letras e Artes
Clodoaldo Sanches Fófano

Professor - Centro Universitário São José de Itaperuna – (UNIFSJ)
clodoaldosanches@yahoo.com.br

Alcione Candido da Silva

Aluna - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - (CES/JF)

Anizio Antônio Pirozi

Coordenador - Centro Universitário São José de Itaperuna – (UNIFSJ)

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Aluno - Universidade Cândido Mendes - (UCAM)

Sonia Maria da Fonseca Souza

Aluna - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Dulce Helena Pontes Ribeiro

Professora - Centro Universitário São José de Itaperuna – (UNIFSJ)

Resumo: A história da crônica no Brasil se confunde com a própria trajetória do jornalismo contemporâneo. Com a finalidade de entretenimento, de um modo geral, ela começou a consolidar-se no país em meados do século XIX e, desde então, tornou-se um gênero quase obrigatório para os jornais brasileiros, transformando-se no gênero mais executado ou exclusivo de alguns autores. Transitando pelo entremeio do Jornalismo e da Literatura, Machado de Assis se tornou um dos principais fundadores da crônica moderna. Um escritor que se valeu da crônica durante quatro décadas, escreveu-as e publicou em jornais. O literato escrevia suas crônicas sob pseudônimos. Não obstante, só 40 anos após sua morte é que se descobriu o verdadeiro autor das crônicas de *Lélio*. O presente trabalho tem por objetivo analisar a crônica “Bons Dias! – 19 de maio de 1888”, a partir dos postulados na Análise do Discurso de linha francesa (ADF). Tal texto escrito por Machado de Assis foi publicada na Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888; representa o clima dominante no Brasil do período pré-abolicionista. Por fim, concluiu-se que Joaquim Maria Machado de Assis utilizou a linguagem com grande habilidade, transcendendo a denotação e ultrapassando os limites da censura. Sendo assim, o enunciador fez uso de histórias ficcionais como pré-texto para criticar a abolição, que era o tema em voga na época. Para tanto, escreveu crônicas

como instrumento de intervenção na sociedade, denunciou diversos problemas sociais, em um período escravocrata, de grande desigualdade e injustiças sociais.

Palavras-chave: Análise discursiva. Crônica. Denúncias sociais.

Introdução

A crônica é um comentário breve do autor sobre algum evento (banal ou relevante) do cotidiano, partindo do micro para o macro. Nesse sentido, o cronista se configura como um espião do cotidiano. Para descobrir os variados registros discursivos na crônica, deve-se fazer uma leitura de apreciação, que junto com outros elementos importantes para completude discursiva, possibilita uma interpretação global, que conduz o leitor a uma determinada visão de mundo. Tal leitura crítica proporcionará valorização da crônica, na medida em que o leitor descobre sua significação. Apesar do texto jornalístico na modernidade apresentar uma linguagem objetiva, a crônica, entretanto, desde o nascimento, possui uma linguagem subjetiva. E é dentro dessa subjetividade que está a ideologia que o sujeito discursivo quer comunicar com seu interlocutor. Portanto, a linguagem se torna um código ideológico.

Essa intangibilidade, que não é característica dos textos jornalísticos, é uma das particularidades marcantes da crônica. Para isso, o cronista utiliza a palavra escrita, com carga semântica subjetiva. Essa magia latente que torna a crônica um texto sugestivo para a Análise do Discurso (AD) possibilita uma apreciação mais abrangente. Logo, as palavras falam com as outras palavras, toda palavra é sempre parte de um discurso, ou seja, as palavras recebem seus sentidos de formação discursiva em suas relações. A fim de corroborar com essa discussão, ressalta Orlandi (1999, p. 44), firmando-se em Pêcheux (1975), “O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*metaphora*), que elementos significativos passam a se confrontar, de como que se revestem de um sentido.”.

Cabe destacar que as análises propostas neste estudo servirão de referências para que o leitor possa perceber que Machado de Assis, nunca foi

omisso, nem passivo frente às injustiças sociais do seu tempo. Portanto, fez denúncias sócio-políticas dentro de um cenário de grandes conflitos sociais, por isso ser reconhecido como homem do seu tempo e do seu espaço.

Por fim, vale ressaltar, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar a crônica “Bons Dias! – 19 de maio de 1888”, a partir dos postulados na Análise do Discurso de linha francesa (ADF).

Metodologia

Na construção deste estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica de base qualitativa, considerando as contribuições de teóricos como Brayner (1992), Fiorin (2008), Koch (2008), Orlandi (1999), Pêcheux (1990), Resende (1992), Teixeira (2002), entre outros.

Resultados e discussão

O tema da crônica de Machado de Assis, publicada na Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888, representa o clima dominante no Brasil do período Pré-Abolicionista. Através do título, “Bons Dias!”, o cronista inicia seu diálogo com seu interlocutor de uma forma cortês. Um início de conversa que a todo o momento parece ameaçado, correndo o risco de romper. Assim, o enunciador começa compartilhando suas opiniões políticas. Para tanto, Machado dá voz a um narrador que, segundo a Teoria da Literatura, é categorizado de homodiegético¹ que se constitui também sujeito discursivo no processo de enunciação/construção da crônica em estudo de acordo com (AD). Cabe destacar que essa situação enunciativa começa com o uso do pronome “eu”, que é um fator marcante nos discursos machadianos.

¹ Classificação dada ao narrador que é personagem secundária ou testemunha de uma história que relata, tendo vivido a história, retira daí informações que precisa para construir o relato. Cf. REIS, C.; LOPES, A. C. M. Dicionário de Narratologia. Coimbra: Almedina, 2000. Disponível em: <<https://nilviapantaleoni.wordpress.com/2013/05/10/o-texto-narrativo-reis-c-lobes-a-c-m-dicionario-denarratologia-coimbra-almedina-2000-adaptado-por-nilvia-pantaleoni/>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

A utilização do pronome é feita, de acordo com Teixeira (2002, p. 9): “sem a intenção de doutrinar leitor, mas de dialogar com ele, através de uma conversa informal, como aquela que se estabelece entre amigos num encontro casual”. Numa espécie de interlocução que é característica machadiana presente em diversos gêneros textuais produzidos pelo autor. Sendo assim, o discurso inicia com um trecho no qual o sujeito discursivo declara que vem de uma família de profetas. Tal vocábulo é muito utilizado na Bíblia, tanto no Novo Testamento quanto no Antigo Testamento para se referir a alguém que fazia previsões do futuro e também denunciava o pecado do povo, no hebraico (*nabi*) e no grego (*profetes*). Salma Ferraz evidencia:

Um dos eixos preferidos na obra de Machado é o constante intertexto com a Bíblia. Isto pode ser constatado em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1899), *Esaú e Jacó* (1904) e em vários contos. Alguns trabalhos já foram escritos explorando este eixo da obra de Machado, mas talvez fosse o caso de se retomar esta linha de análise, agora com o instrumental teórico correto sobre os estudos comparados entre Teologia e Literatura.

Como sinônimo desse, também se utilizava a palavra vidente. Logo, tem-se aí um intertexto com a Bíblia no qual o enunciador utilizado para se exaltar, uma vez que fazer parte de uma família de profetas era honroso no contexto bíblico. Sobre as produções intertextuais, afirma Koch (2008, p. 59):

[...] todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos

que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude ou a que se opõe. [...]. Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas.

Portanto, o cronista, ao fazer tal declaração, tinha uma intenção de anunciar o que tinha previsto: “a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista”. Além dessa característica de profeta, a principal não é revelada, na qual consiste em fazer indiretamente denúncias, pois como foi dito anteriormente, no período bíblico, o profeta exercia a função de denunciar o pecado do povo. Na segunda metade do século XIX, com certeza, ser profeta, chamava muita atenção, ainda mais em um país místico como o Brasil. Quantos não desejam saber do seu futuro? Para tanto, muitas pessoas, em especial as mulheres, da classe dominante subiam os morros atrás das cartomantes para consultar seus interesses.

Em relação à abolição dos escravos, de acordo com Campos e Miranda (2000), tal prática foi feita aos poucos, num projeto gradual, pelas autoridades brasileiras, essa atitude não podia ser tomada de uma hora para outra, visto que comprometeria a economia do país. Há séculos a sociedade se estruturava em torno do escravismo e do tráfico, que eram as atividades mais rentáveis aqui no Brasil. Ainda evidenciam os autores supracitados que, com o crescimento das lavouras de café, os fazendeiros se tornaram mais dependentes dessa atividade, do mesmo modo, ampliou-se ainda mais a escravidão. A campanha abolicionista crescia, exigia um projeto de liberdade para os negros e também permissão de integrá-los como cidadãos na sociedade. Assim, diante do explicitado, percebe-se a agitação que o país vivia no final do século XIX e que foi pano de fundo para muitas crônicas denunciativas de Machado de Assis. Para Brayner (1992, p. 415):

Os anos 80 e 90 encontraram sua política comentada por um observador sem partido mas hábil na arte de captar a interação de idéias e atos da época, transformando em imagens-matriz o grande relacionamento de

vozes estridentes e reivindicatórias vindas de diversos setores da sociedade.

Diante do supracitado, apreende-se a influência que o contexto histórico discursivo exerce sobre a produção de um texto, no caso aqui, a crônica. Em relação a tal ocorrência, salienta Pêcheux (1990, p. 160): “Do ponto de vista discursivo, as palavras, os textos, são partes de formações discursivas [...] como as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em conjuntura dada, assim é que se considera o discurso como fenômeno social.”.

Prossegue o sujeito discursivo: “tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos”. Diante do que lê, a forma que o narrador expressa a idade do “molecote”, compreende-se como os negros eram tratados como animais: “dezoito anos, mais ou menos”.

Dessa maneira, o sujeito discursivo deixa implícito certo ar de indiferença, pela sua incerteza. Interessante observar ainda que dentro do cenário ficcional criado por Machado, o escravo alforriado tinha “dezoito anos”. Como na crônica, pela sua densidade discursiva, um simples enunciado pode significar muito mais do que apenas está escrito, comenta Resende (1992, p. 423): “a crônica funciona como uma espécie de iceberg, onde um pequeno território significa a existência de âmbito mais vasto”. Portanto, na crônica as palavras carregam uma profunda carga semântica. Na concepção de Orlandi (1999, p. 43):

[...] o sentido das palavras não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daquele que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formas

ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Sendo assim, chega-se a pensar que tal ênfase que o narrador dá em relação à idade do escravo é com intenção de conquistar o interlocutor através de uma atitude de “benevolência”, mas também pretende demonstrar que ele estava além da Lei do Ventre Livre, que explica Campos e Miranda (2000, p. 201): “[...] qual ditava que todos os filhos de escravas nascidos a partir de 1871 seriam livres, tendo o proprietário as opções de entregá-los ao governo em troca de uma indenização ou de mantê-los trabalhando até completarem vinte e um anos.”

Para tal “nobre” atitude, o sujeito discursivo relata que reuniu os amigos e ofereceu um jantar, portanto, outra vez exaltando suas atitudes: “Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor [...]”. Assim, na ocasião do jantar estiveram presentes cinco pessoas. Na construção da narrativa, o cronista dá a entender que tal atitude representou algo tão raro que virou notícia e registraram trinta e três e justifica que foi com intuito de dar um aspecto simbólico: “[...] conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico”.

Ao perceber a ideologia presente nesse discurso, por intermédio de mais uma relação intertextual com a Bíblia, o interlocutor provavelmente identifica que o enunciador deixa pista de que esse valor quantitativo “trinta e três” tem um significado “simbólico”. Logo contém um representativo, que está ligado à idade de Jesus Cristo quando crucificado, que pode ser interpretada por meio da leitura dos evangelhos². Desse modo, tal simbolismo, dentro da numerologia bíblica, significa que foi o momento Divino para a manifestação da libertação do homem do cativo da condenação eterna.

A escravidão existia desde muito tempo. Vale destacar que no primeiro século da igreja primitiva, já havia escravos, a história eclesiástica registra que o único lugar onde os escravos eram tratados com igualdade em relação às demais

² Cf. BÍBLIA. Português. Nova Bíblia Viva. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

peças era nas reuniões cristãs. Com o passar do tempo isso se perdeu. Dessa maneira, nos séculos que precederam a abolição, os escravos construíam suas próprias igrejas e os terrenos cedidos para isso eram nos altos de morro em lugares de difícil acesso. E a construção deveria ser feita fora do horário de trabalho, ou seja, à noite. Perante tal informação, observa-se o quanto os negros foram tratados com indiferença e o racismo contaminou até o cristianismo.

Voltando ao registro discursivo da crônica, percebe-se ironicamente a continuidade da descrição da festa: “No golpe do meio [...], levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio;” Diante desse trecho, através da representatividade discursiva, nota-se que Machado ironicamente espiritualiza tal atitude porque o referido autor defendia o liberalismo, sabia que tal doutrina era o único escudo de defesa da escravidão na sociedade brasileira oitocentista.

No sentido político, o gosto pela liberdade se traduziu num monarquista liberal. Na juventude, Machado se tornou liberal militante. Amava a liberdade e essa crônica ratifica tal fato: “finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado”. Por meio de tais palavras, o narrador, por certo, para demonstrar que tinha intenção de acelerar o processo de abolição deixa o seu exemplo: “entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo”.

Sendo assim, após sua “louvável” atitude, o sujeito discursivo recebe em troca uma restituição carinhosa de Pancrácio: “Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés”. Através dessa atitude do “ex-escravo”, o literato quer, nas entrelinhas, revelar que a abolição não seria uma libertação, já que eles continuariam escravos, abraçando os pés de seus senhores. Novamente o narrador exalta as atitudes pessoais ao demonstrar ar de bondade:

Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao

ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões.

Sendo assim, sutilmente sugere um reconhecimento pelo que fez, declara: “Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo”. “A óleo” para ficar com uma qualidade melhor, não desgastar, assim não ser esquecido. Ao passar esse momento, o narrador relata que chama seu “ex-escravo” com “rara franqueza”. Nesse sentido, o adjetivo “rara” antecedente do substantivo franqueza sugere que ele não era normalmente verdadeiro em suas palavras, e disse: “Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que [...]”.

Assim, ao mesmo tempo em que o sujeito discursivo dá liberdade, sutilmente toma novamente de forma manipuladora ao dizer que a casa era amiga e conhecida. É como se soltasse um passarinho criado na gaiola e dissesse para ele, se quiser pode ficar, mas cuidado, lá fora é perigoso, se ficar será retribuído. Aqui está uma denúncia explícita, revelando o excesso de poder e opressão vigente na época. Sobre o ato de manipulação por meio da comunicação, ressalta Fiorin (2008, p. 75):

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vista a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão.

A retribuição, o ordenado, estrategicamente, não foi revelado de imediato para criar certo suspense, provocando assim uma reação no interlocutor, mas logo foi especificado, ainda que meio incerto: “Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha. Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.”.

De tal modo, Machado, ironicamente, demonstra que a abolição não seria suficiente para garantir a dignidade de um escravo alforriado, era preciso também oferecer salários dignos de um trabalhador para que eles pudessem conquistar autonomia e ser inseridos na sociedade. Evidencia Moura (2007, p. 72): “Embora alforriado, Pancrácio permanece dependente economicamente de seu senhor até porque poderá andar livre, embora sua liberdade esteja atrelada aos limites da sua algibeira e de seu ordenado de seis mil reis.”. A expressão “se andares bem”, significa, se obedecer. Nesse sentido, o que aconteceria era que Pancrácio deveria permanecer escravo, passivo às ordens e maus tratos de seu senhor/patrão. No trecho se observa:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Êle continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Dessa maneira, mesmo livre, mas por causa do “mau humor” do patrão, as agressões físicas continuavam. Por meio de tais atitudes Machado de Assis denuncia a falta de respeito, as injustiças sociais com relação aos escravos. O sujeito discursivo acrescenta:

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe bêsta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas tôdas que êle recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

Em relação a tal fato, evidencia Moura (2007, p. 73):

Porém, em 19 de maio de 1888, temos uma pseudo-proposta de nova atitude, pois, na verdade, tudo continua igual. O narrador em seu discurso revela que continuará a desferir petelecos, puxões de orelha, pontapés em Pancrácio, acrescidos dos insultos de besta e filho do diabo.

Igualmente, com a passividade de Pancrácio descrita, percebe-se que ele não sabia ainda o que era ser livre. E as atitudes agressivas que ele recebia, tanto verbalmente quanto fisicamente, não permitiam que ele acordasse para sua nova realidade. O pronome “meu” expresso no enunciado supracitado reforça tal tendência. Ainda, adverte Moura (2007, p. 73):

O tom galhofeiro e leve que Machado utilizou ao longo do texto nos dá a sensação de que o próprio comportamento de desprezo pelo escravo e, ao mesmo tempo, reforço da ideologia paternalista dos senhores resultam na relação dependente senhor/alforriado (ex-escravo). Isto é, embora em tese Pancrácio seja um homem livre, ele ainda tem na sua retaguarda um senhor que poderia monitorar seus passos,

suas atitudes e, mais ainda, julgá-lo na antiga perspectiva de senhor de escravo.

No último parágrafo, o sujeito discursivo de Machado, um profeta, traz para os leitores da semana, quando escreveu a crônica, a revelação que motivou toda essa história:

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a tôda a gente que dêle teve notícia; que êsse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras;

Portanto, o narrador declara ter feito uma grande vantagem, que na verdade, para época, em se tratando de Machado de Assis, era um discurso irônico. Por certo, esse ocorrido tivesse existido somente no âmbito ficcional, uma vez que aceitar a abolição já era conflitante, ainda mais libertar um escravo. Da mesma forma, as qualidades do escravo são ficcionais, algo raríssimo, ilusório e caricato para a época. Tal fato é ratificado quando o narrador diz: “simples suposição”. Declara Moura (2007, p. 73), apoiando-se em Chalhoub (2003): “De qualquer modo, no Império do Brasil, no início da década de 1880, as estatísticas oficiais diziam que continuava a ser mais provável um escravo morrer no cativeiro do que conseguir a liberdade”.

Em relação ao final do trecho supracitado da crônica, percebe-se na construção das características de Pancrácio um intertexto com o romance *Escrava Isaura* do escritor Bernardo Guimarães (1825-1884), escrito em 1875, em plena campanha abolicionista. O autor, na referida obra, faz uma acusação documental anti-escravo e da liberdade. Nesse sentido, Bernardo explora uma das questões

mais polêmicas de sua época: a escravidão. Sendo assim, conforme a escrava Isaura, protagonista desse romance que sabia ler e escrever, falava francês e italiano, também Pancrácio, na “simples suposição” do cronista, sabia ler, escrever e contar.

Para finalizar o discurso, Machado de Assis, faz uma crítica aos anti-abolicionistas na tentativa de manipular através da linguagem os interlocutores e convencê-los de que os donos de escravo, que fossem “puros e verdadeiros políticos” deveriam seguir seu exemplo:

[...] que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Como se depreende, Machado faz uso dessa história como pré-texto para criticar a abolição, tema em voga na época. Logo, em todo o decorrer do discurso, encontra-se Machado como enunciador disfarçando as suas opiniões, através de um narrador homodiegético, no qual ele utiliza como autorrepresentação, sempre numa ironia sem a qual ele praticamente não sabe esconder e, às vezes, em alegorias complexas que exigem um tipo de leitura proficiente, na qual a crítica da época não estava acostumada.

Conclusão

Diante do estudo realizado, percebeu-se que a crônica é um instrumento de intervenção na sociedade. Por intermédio de crônicas, Machado denunciou diversos problemas sociais. Tal gênero textual, da mesma forma como as notícias e reportagens, também surgiu nos jornais. No final do século XIX, autores como Machado de Assis costumavam publicar textos breves, com forte teor crítico, carregados de ironia e bom humor, nos quais comentavam acontecimentos

noticiados no jornal ao longo da semana. Essas características das crônicas permitiam compreendê-las como um gênero efêmero, que perdia em parte seu sentido quando lido muito tempo depois de sua publicação, como ocorre com as notícias.

Joaquim Maria Machado de Assis escreveu crônicas fazendo uso de grande habilidade de trabalhar com as palavras, ultrapassando os limites da censura, sem perder de vista o que pretendia denunciar. Igualmente, fica evidente por meio da construção de sentido, que o cronista nunca foi omissivo nem passivo frente às injustiças sociais do seu tempo. Dessa forma, acredita-se que a crônica informa muito mais do que as palavras possam traduzir.

Através do contexto histórico discursivo, do intertexto e de outros elementos da (AD) verifica-se que esse gênero textual vai além do arranjo de palavras. Portanto, pode-se dizer que o texto é uma atividade intencional e se desenvolve por meio de uma prática discursiva interacionista, visto que o cronista esteve com frequência dialogando com o interlocutor, buscando uma relação de intimidade, mas também cumplicidade.

Referências

ASSIS, Machado. *Bons Dias! - 19 de maio de 1888*. In: *Obra Completa*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/machado/arquivos/html/cronica/mac01.htm>. Acesso em: 7 dez. 2017.

BÍBLIA. Português. *Nova Bíblia Viva*. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

BRAYNER, Sonia. *Machado de Assis: um cronista de quatro décadas*. In: CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *Nações e Nacionalismo*. In: *Oficina de História: história integrada*. São Paulo: Moderna, 2000. p. 185-212.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *Nações e Nacionalismo*. In: *Oficina de História: história integrada*. São Paulo: Moderna, 2000. p. 185-212.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do discurso*. 14 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GASPARI, Silvana de. *Tecendo comparações entre teologia e literatura*. In FERRAZ, Salma. *Pólen do divino, textos de teologia e literatura*. Blumenau: Edifurb/Fapesc, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. *A construção de sentido no texto: intertextualidade e polifonia*, p. 59-74. In: *O texto e a construção de sentido*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Eloísa da Silva. *Novos olhares, novas leituras das crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade*. 2007. Tese. (Doutorado em Teoria da Literatura) - Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 10 de Janeiro 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=469. Acesso em: 7 dez. 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1990.
REIS, C.; LOPES, A. C. M. *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina, 2000. Disponível em: <https://nilviapantaleoni.wordpress.com/2013/05/10/o-texto-narrativo-reis-c-lobes-a-c-m-dicionario-denarratologia-coimbra-almedina-2000-adaptado-por-nilvia-pantaleoni/>. Acesso em: 7 dez. 2017.

RESENDE, Beatriz. *Em caso de desespero, não trabalhem*. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

TEIXEIRA, Tattiana. *A crônica política no Brasil – um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo*. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/escola.php?codinst=19. Acesso em: 7 dez. 2017